



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS - PA** e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remete-lo à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, pelo e-mail _____ ou entregar o formulário preenchido na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins-PA.

A não remessa do recibo exime a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS-PA da comunicação, por meio de e-mail ou outro meio de comunicação, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, que eventuais comunicações e/ou esclarecimentos estamos a disposição acerca do referido processo licitatório.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n° 9/2017-028

Denominação: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____ n° _____ bairro _____

Cidade: _____ Estado _____ CEP _____

e-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Nome: _____ RG _____



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS - PARÁ** por intermédio do PREGOEIRO, designado pela Portaria n.º 000, datada de 00 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que fará Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial (SRP), do tipo menor preço por item, destinado ao **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXAS DE GORDURA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS.**

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições Lei Federal n° 10.520/2002 (Institui a modalidade Pregão), Regulamentada pelo Decreto n° 3.555/00 (Regulamenta a modalidade Pregão), Lei n° 12.527/11 (Lei de Acesso a Informação), Lei n° 12.846/13 (Lei Anticorrupção), Decreto Federal n° 7.892/13 (Regulamenta a SRP) com as modificações pelo Decreto Federal n° 8.250/14 extensivamente às disposições da Lei Complementar Federal n° 123/06 com as modificações introduzidas pela Lei Complementar n° 147 de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, ao processo licitatório em epígrafe, subsidiariamente, a Lei Federal n° 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações posteriores.

A sessão pública do Pregão será realizada na sala de licitações, onde funciona a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins - PA, localizada na Av. Jarbas Passarinho, S/N, Bairro: Centro, neste Estado e será operacionalizado pelo Pregoeiro e equipe de apoio da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS - PA.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviço de limpeza de fossa séptica e caixas de gordura para atender todas as secretarias da prefeitura municipal e fundos.

1.2. A presente licitação poderá ter a participação de microempresas – ME's, empresas de pequeno Porte – EPP's e Microempreendedor Individual, nos termos, da Lei complementar n° 123/06, garantindo-se, contudo, o tratamento diferenciado, conforme a citada Lei;

1.3. O valor estimado para a aquisição do objeto desta licitação encontra-se definido por item no **ANEXO I** deste edital.

1.4. Os custos (material e mão-de-obra) referentes o meio de transporte acima citado serão de responsabilidade da empresa vencedora.

1.5. A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte e para atendimento, sempre que necessário e sem custos adicionais para o Município.

1.6. As propostas que ficarem acima do preço de referência na fase de lance serão desclassificadas.

2. DA ABERTURA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 24/05/2017

HORA DA ABERTURA: 08:30hs (horário local)

LOCAL: Sala de Licitações, onde funciona a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins – PA, localizada na Av. Jarbas Passarinho, S/N, Centro.

3. AQUISIÇÃO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, protocolado o pedido de esclarecimento, cujas respostas serão disponibilizadas nos avisos referentes a este Pregão.



3.2. Até (02) dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer cidadão poderá impugnar o Edital por ilegalidade, dúvidas ou omissões do presente PREGÃO, o que somente será conhecido se for protocolado a peça impugnatória no endereço acima citado no subitem 2.1 deste Edital.

3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, dentro de 24 horas do seu recebimento, decidir às impugnações e responder pedidos de esclarecimento formulados tempestivamente.

3.4. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5. Será cobrado um valor simbólico de R\$ 60,00 (sessenta reais) pelas custas da reprodução gráfica (impressão). Essa cobrança está citada no inciso §5º do art. 32 da lei 8.666/93.

3.5.1. O comprovante (DAM) deverá, preferencialmente, estar fora dos envelopes de Proposta e Habilitação. Devendo ser apresentado no ato do credenciamento.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes que:

4.1.1. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.1.2. Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação;

4.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

a – que estejam com falência declarada, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução, liquidação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

b – estrangeiras que não funcionem no país;

c – que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiária entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

d – que possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 10% (dez por cento) do capital social, responsáveis e técnicos que sejam administradores ou servidores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins - PA, na data da publicação do Edital, na forma do art. 9º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93;

e – que esteja suspensa de participar em licitações ou impedida de contratar.

4.3. Como requisito para participação deste certame, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Instrumento convocatório apresentando declaração nos moldes dos **ANEXOS**, por ocasião do credenciamento, fora dos envelopes "proposta" e "habilitação".

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Não poderão participar da presente licitação, empresas que apresentem mais de uma Proposta.

4.6. Não serão considerados os documentos e propostas enviados por fax ou e-mail.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia e horário acima determinado será realizada a sessão pública para recebimento dos Envelopes Proposta e Documentação, devendo o proponente ou seu representante, identificar-se, credenciar-se e comprovar a existência dos necessários poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame, através da seguinte documentação:

5.2. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos, em envelopes distintos dos de nºs 1 e 2:

5.2.1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.2.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular/credenciamento (ANEXO IV) com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028**

os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.1.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.3. O representante legal ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.4. Será admitido apenas **1 (um) representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

5.5. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo constante no (ANEXO VI) deste Edital;

5.5.1 - A ausência de referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista poderá **ser saneada através de lavratura de próprio punho e com carimbo do CNPJ da empresa licitante, realizado pelo representante legal da empresa, desde que tenha para tanto poderes demonstrados em procuração.**

5.6. As empresas que desejarem utilizar-se dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa (ANEXO V). **A declaração solicitada deverá vir acompanhada de documento comprobatório por órgão competente demonstrando que a empresa se enquadra como ME ou EPP.**

5.6.1. A ausência de referida declaração implicará na perda do tratamento diferenciado na fase de lances.

5.7. O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção ou a renúncia ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5.8. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta fase/etapa.

5.8.1. Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

5.8.2. Ficam os licitantes dispensados de apresentar no envelope "documentação", os documentos referentes à habilitação jurídica, já apresentados no credenciamento, desde que os mesmos estejam autenticados ou acompanhados do original.

5.9. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização do Pregoeiro.

5.10. A duração do credenciamento se dará por conveniência do Pregoeiro e Equipe de Apoio. Dando jus à alguns princípios básicos que norteiam a administração pública que são o da isonomia e razoabilidade, buscando assim o maior número de licitantes para o certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Os documentos de **PROPOSTA DE PREÇOS** e **HABILITAÇÃO**, depois de ordenados na sequência estabelecida neste Edital, serão apresentados em 02 (dois) envelopes separados, opacos, lacrados, os quais **deverão conter no anverso:**

6.1.1. ENVELOPE "01" - Proposta de Preços; Número do Pregão Presencial; Objeto; Nome da licitante e CNPJ (caso o envelope não seja timbrado).

6.1.2. ENVELOPE "02" - Habilitação; Número do Pregão Presencial; Objeto; Nome da licitante. (caso o envelope não seja timbrado).

6.2. Os envelopes **"01"** - **PROPOSTA DE PREÇOS** e **"02"** - **HABILITAÇÃO** para esta licitação só serão recebidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no dia **24/05/2017 às 08:30h**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins.

6.3. Na sequência o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas, verificando sua conformidade com as especificações constantes do edital e classificando a proposta de menor valor e



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

as demais que sejam superiores a esta, considerando o limite de 10% (dez por cento). Será também analisado os documentos de habilitação da(s) empresa(s) vencedor(as) após o final da etapa de lances.

6.4. Na hipótese de inversão do conteúdo dos envelopes, **de ocorrer lapso do licitante e o mesmo colocar a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, bem como qualquer documento pertinente à proposta de preços dentro do envelope de habilitação, ou vice-versa, o respectivo envelope será entregue ao representante do licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, desde que não quebre o sigilo da proposta.**

6.5. Em hipótese alguma, nem sob qualquer alegação, será concedido prazo para apresentação ou complementação dos documentos exigidos para a Habilitação, salvo se for concernente à regularidade fiscal de ME e EPP.

6.5.1. Os documentos exigidos nesta licitação somente poderão ser apresentados em original, através de publicações em órgão de Imprensa Oficial, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou em cópia simples devidamente autenticados pelos membros da Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

6.5.2. Somente serão autenticadas pela Equipe de Apoio as fotocópias que possam ser conferidas com o documento original.

6.6. Os documentos extraídos via Internet e/ou os que possam ter sua autenticidade comprovada pela Internet, encontram-se dispensados de apresentação em original ou fotocópia autenticada e somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade dos dados pela por servidor integrante da Equipe de Apoio.

6.7. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, devendo o mesmo apresentar declaração expressa de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação eximindo assim o Pregoeiro do disposto no Artigo 97 da Lei Federal 8.666/93.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “01”:

7.1. Deverá ser apresentada no **envelope “01”** a declaração de elaboração de proposta independente (ANEXO III) e a proposta de preços (II);

7.1.1. A ausência da declaração de elaboração de proposta independente ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista poderá **ser saneada através de lavratura de próprio punho, realizado pelo representante legal da empresa, desde que tenha para tanto poderes demonstrados em procuração.**

7.2. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa em uma via e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, datada, todas as folhas rubricadas e ao final assinada por quem de direito, contendo:

a) A razão social da proponente, endereço completo/CEP, telefone/fax, e-mail (se houver) e CNPJ do licitante;

b) Preço unitário e total cotado, conforme anexo, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

c) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado com precisão de duas casas decimais;

d) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

e) A proposta deverá estar datada e devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

f) Prazo de validade da Proposta de Preços é de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura do Envelope “01”, independente de transcrição, excluindo os prazos de recursos administrativos;

f.1) Caso não conste prazo de validade expresso, este será considerado como sendo de 60 (sessenta) dias.



7.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. A falta de data e/ou rubrica na Proposta de Preços somente poderá ser suprida pelo representante presente à reunião.

7.5. A falta de CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de documentação de habilitação.

7.6. A proposta deverá ser clara e detalhada citando todas as especificações mínimas solicitadas no termo de referência, apresentar os preços de forma completa, computando todos os custos necessários para ao atendimento do objeto desta licitação.

7.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos.

7.9. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observado o valor estimado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS – PA**.

7.10. Não serão aceitas Propostas de Preço que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos.

7.11. Considerar-se-á que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes, para assegurar todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste Edital e seus anexos.

7.12. O licitante declarado vencedor deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, nova proposta comercial escrita, readequada aos valores propostos verbalmente, observando-se que os valores não poderão ultrapassar as referências constantes neste edital;

7.13. Verificado e confirmado ser o licitante titular do menor lance empresa de médio ou grande porte, e existir microempresa(s) ou empresa (s) de pequeno porte que tenha(m) sido classificada(s) com valor de lance até 5% (cinco por cento) acima o lance menor, será aberta a oportunidade para que a micro empresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, formule lance melhor e, no caso de recusa ou impossibilidade, proceder-se-á de igual forma com as demais microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas sucessivamente (Art. 45, da Lei complementar federal nº 123/2006);

7.14. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.15. Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese do subitem.

7.16. Na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito:

a) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

b) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.15, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

c) O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;



d) A microempresa e a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.17. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes de PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO em um único momento, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão pública a ser convocada posteriormente;

7.18. Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro e pelos seus representantes legais das licitantes presentes a sessão deste Pregão;

7.19. Ultrapassada a fase de análise as propostas e abertos os envelopes de documentação não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só reconhecidos após o julgamento;

7.20. Serão desclassificadas, sem qualquer direito a qualquer indenização, as propostas que não atendam às condições deste Edital, e as manifestamente inexequíveis, na forma do disposto no art. 48, I e II da Lei nº. 8.666/93, ou as que contenham preços excessivos em relação aos praticados no mercado.

8. DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE "02"

8.1. Os elementos do **ENVELOPE 02 - HABILITAÇÃO** deverão, preferencialmente, apresentar índices, relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes.

8.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, a seguinte documentação complementar, no que couber:

8.2.1. CAPACIDADE JURÍDICA (art. 28 da Lei n.º 8.666/93):

a) Certificado de Registro Empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG.

b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado das alterações. O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10406/2002 (Código Civil) e, em se tratando de ME ou EPP, também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06.

c) Decreto de Autorização, ato de registro ou autorização de funcionamento de órgão competente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art.29 da Lei Federal nº 8666/93):

a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como a inscrição correspondente na Fazenda Pública Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

b) Comprovante do Quadro de Sócios Administradores – QSA;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, sendo a Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria Geral da União, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.751, de 02.10.2014 (CND INSS);

d) Prova de Regularidade com as Fazendas:

Estadual: Comprovação de regularidade da Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio da proponente;

Municipal: Comprovação de regularidade da Secretaria da Fazenda Municipal do domicílio da proponente;

e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS). Será aceito Certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando comprovadamente houver arrecadação centralizada.



f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos (CNDT).

g) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;

g.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

g.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

h) Alvará de Funcionamento da licitante;

i) Alvará da Vigilância Sanitária e/ou Licença Ambiental.

8.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art.30 da Lei Federal n.º 8.666/93):

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede, da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço;

b) DECLARAÇÃO expressa da licitante, assinada por seu representante legal afirmando que possui todas as condições operacionais necessárias ao cumprimento do objeto deste Edital, nos termos do Anexo IX;

c) Todos os licitantes deverão, ainda, apresentar as declarações, conforme anexos, devidamente assinados por seu representante legal;

d) A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

e) Os documentos obtidos por meio de sites oficiais, terão sua autenticidade verificada na sessão, via internet, sendo o documento certificado pelo Pregoeiro;

f) Os documentos de habilitação deverão estar no nome da licitante, constando o número do CNPJ e respectivo endereço, referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não será aceito, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros a filial;

g) Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem plenamente as exigências estatuídas neste Edital;

h) O Pregoeiro manterá os envelopes em seu poder contendo a documentação de habilitação dos demais licitantes até a assinatura do termo de contrato ou emissão da Nota de Empenho ou, ainda, até a expiração do prazo de validade das propostas, sendo que ocorridas quaisquer dessas hipóteses, os licitantes poderão retirar os envelopes no endereço constante à fl. 01, no prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de inutilização dos mesmos;

i) Não serão aceitos documentos complementares para justificar o ramo de atividade desenvolvida pelo licitante;

8.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA (art. 31 da Lei n.º 8.666/93):

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, juntamente com o CRC do contador;

b) A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculo juntado ao balanço, considerando-se os dados constantes no mesmo, devidamente assinado por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

ILC – Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00



ILG – Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00

IGE – Grau de Endividamento igual ou inferior a 0,50, sendo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{IGE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Total do Ativo}}$$

c) Fica isento das exigências estabelecidas nas letras "a" e "b", a empresa optante do sistema simples, sendo que neste caso a empresa deverá apresentar a Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, referente ao último exercício, acompanhada da declaração do contador ou consulta do site da Receita Federal que é optante pelo sistema simples.

8.2.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) Certidão de Improbidade Administrativa;
- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurado a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (Anexo VII);
- c) Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º, da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.
- d) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- e) Caso os documentos declaratórios solicitados em edital não sejam apresentados juntamente com a documentação exigida, tal falta poderá ser saneada de próprio punho no momento da sessão, pelo representante legal da empresa, desde que possua poderes para tanto, devidamente comprovado em procuração ou contrato social.

8.3. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.6. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. Abertura do Envelope "01" – Proposta de Preços.

9.1.1. Instalada a sessão e recebidas as credenciais dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos Envelopes "01" contendo as propostas de preço e à leitura, em voz alta, dos valores respectivos.

9.1.2. O Pregoeiro verificará a conformidade das Propostas de Preços, desclassificando as licitantes que não atenderem às especificações do objeto, prazos e condições previstas no Edital.

9.1.3. As Propostas de Preços serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo às correções no caso de eventuais erros, aceitando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor final da proposta.



9.1.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a)** seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b)** não havendo pelo menos 03 (três) empresas com preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem menor preço, até o máximo de 03 (três);
- c)** no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.1.5. Concluída a fase de classificação, o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, a partir daquela que ofertou proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, a apresentar oralmente lances de forma sequencial, decidindo-se por meio de sorteio em caso de empate.

9.1.6. No caso de empate, decidindo-se por meio de sorteio, a licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação às demais empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.1.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes inferiores à proposta de **Menor Preço por Item**.

9.1.8. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

9.1.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os licitantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.1.10. O Pregoeiro poderá negociar com a licitante que ofertar o menor valor com vistas à redução do preço. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.1.11. Nesta licitação será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

9.1.12. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.1.13. Ocorrendo o empate nos termos do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.13.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.1.13.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **9.1.12.**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.13.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item **9.1.12.**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.1.14. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos pontos 9.1.12 a 9.1.13.3., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.1.15. O disposto nos pontos **9.1.12** a **9.1.13.3** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (art.45, §2º da Lei Complementar nº 123/2006).

10. DA FASE CLASSIFICATÓRIA

10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

10.1.1. Serão desclassificadas, e não participarão da etapa de lances, as propostas cuja descrição não atendam as especificações mínimas exigidas no Edital.

10.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3. O Pregoeiro e equipe de apoio ordenará as propostas classificadas nos termos do Edital e somente estas participarão da fase de lances.



10.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS – PA, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar e fundamentar sua decisão.

10.5. Encerrada a etapa de lances, O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, ficando passiva de desclassificação a proposta acima dos valores estimados.

10.6. Se todos os licitantes forem desclassificados, por não atenderem as condições do edital, o pregoeiro observará o que determina o art. 48, §3º da Lei Federal n.º 8.666/93.

11. DA FASE HABILITATÓRIA

11.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o **Envelope "02"** contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.2. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, a licitante que houver ofertado menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o item e/ou objeto do certame;

11.3. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com seu autor, decidirá sobre sua aceitabilidade e, em caso positivo verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele será adjudicado o objeto do certame;

11.4. Todas as Propostas de Preços e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos licitantes presentes no final da sessão deste Pregão.

11.5. A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data da sessão pública, **nova Planilha de Preços (proposta consolidada)** com os devidos preços unitários e totais ofertados na sessão.

11.6. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, após a publicação do Ato de Homologação.

11.7. Havendo um único participante inabilitado ou quando todos estiverem inabilitados, poderá o Pregoeiro fixar o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de nova documentação, sem as causas que determinaram a inabilitação, conforme art.48 § 3º da lei 8.666/93.

12. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas;

12.2. A apresentação de impugnação ao edital do presente Pregão será processada e julgada na forma e nos prazos previstos em lei, devendo ser entregue diretamente na sala de licitações, situada no endereço constante no cabeçalho do presente Edital;

12.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame;

12.2.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

12.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

13. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Declarado o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá, de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.



13.3. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo(s) à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, devidamente informados, para apreciação e decisão no mesmo prazo.

13.4. Os autos do processo permanecerão na Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins - PA com vista franqueada aos interessados.

13.5. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), sendo submetido o presente procedimento ao setor competentes da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins – PA para homologação.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Mantida a decisão pelo Pregoeiro, este fará o encaminhamento do mesmo, devidamente instruído, à autoridade superior, para decisão.

13.8. Decididos os recursos, o setor competente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins - PA fará a adjudicação do objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), por item, e homologará o procedimento licitatório.

13.9. O objeto deste Pregão será adjudicado ao(s) licitante(s) vencedor(es) após decididos os recursos, quando houver, sujeito o certame à homologação da Autoridade Superior da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS - PA.**

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Na licitação para registro de preço a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

15. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

15.1. Os serviços ofertados terão que ser solucionados em até 04(quatro) horas do solicitado pela Administração.

15.2. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

15.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas de dos serviços ofertados.

16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O objeto da presente licitação será recebido nas condições estabelecidas no anexo deste edital.

16.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a PREFEITURA poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em até 07 (sete) dias contados da data da efetiva entrega dos serviços requisitados e da respectiva nota fiscal/fatura.

17.2. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 1 deste item 17 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028**

17.3. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da contratada.

17.4. Os preços contratados são fixos.

18. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Sempre que possível, a assinatura da Ata de Registro de Preços dar-se-á ao término da sessão de processamento do certame; quando impossibilitada a lavratura da ata ao final da sessão, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para a assinatura do respectivo instrumento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.2. Se, por ocasião da formalização da Ata de Registro de Preços, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

18.2.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 18.2 deste item 18, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de não ser formalizada a ata de registro de preços com o vencedor faltoso.

18.3. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 2 deste item XII, ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão.

18.3.1. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

18.3.2. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado do Pará – IOEPA e Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins.

18.3.3. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens deste Edital, naquilo que for pertinente.

18.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a adquirir os produtos, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

18.5. A Ata de Registro de Preços vigorará por até 12 (doze) meses, contados da assinatura da ATA, podendo ser prorrogado, a critério da Administração por período a critério da administração, nos termos do Artigo 15, § 3º, III.

19. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

19.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

21. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

21.1. A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

21.2. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

22.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

22.3. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

22.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão publicados na IOEPA e divulgados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins.

22.5. Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações da Administração Pública Municipal, durante 30 (trinta) dias após a publicação do contrato, findos os quais poderão ser destruídos.

22.6. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

22.6.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil.

22.6.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

22.7. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com observância das devidas disposições legais.

22.8. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação no ato da sessão Pública.

22.9. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS – PA.

22.10. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

22.11. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão Pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da Sessão Pública de Pregão.

22.14. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

22.15. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.16. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins.

22.17. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou, se este for encerrado antes da hora normal, nesta Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

22.18. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá o disposto no instrumento convocatório.

22.19. Este Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados nos dias de expediente das 07:30 às 13:30 horas, no Setor de Licitação – Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, situado na Av. Jarbas Passarinho, S/N, Centro, Bom Jesus do Tocantins, de segunda a sexta-feira.

22.20. Ao adquirir o Edital, a licitante deverá declarar o endereço em que receberá notificação e, ainda, comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.

22.21. O Sistema de Registro de Preços poderá ser cancelado ou suspenso pela Administração, por interesse público ou por fatos supervenientes que vierem acontecer à qualquer momento. Desde que amplamente justificado, sem que caibam quaisquer direito ou indenização.

22.22. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
- ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO
- ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL (HABILITAÇÃO)
- ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO
- ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR
- ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI AS CONDIÇÕES OPERACIONAIS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DO OBJETO E QUE ESTÁ CIENTE DE
- TODAS AS EXIGÊNCIAS AO MESMO
- ANEXO X - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00000

22.23. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Marabá.

Bom Jesus do Tocantins – PA, 11 de Maio de 2017.

ATHOS CELIO OLIVEIRA SOUZA
Pregoeiro



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028**

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviço de limpeza de fossa séptica e caixas de gordura para atender todas as secretarias da prefeitura municipal e fundos.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO

Justifica-se a necessidade dessa contratação devido ao grande fluxo de pessoas que diariamente utilizam os serviços de sanitários em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal, de modo especial o Hospital Municipal que precisa urgentemente dessa limpeza.

Nesta época do ano, geralmente as fossas sépticas alcançam suas capacidades máxima, correndo riscos de transbordamento podendo comprometer o bom andamento dos serviços das secretarias. Segue em anexo planilha.

PÚBLICO/CLIENTELA ALVO

Secretarias Municipais e população em geral.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São direitos e responsabilidades da CONTRATADA os seguintes:

- a)** Entregar os serviços licitados, conforme solicitação da secretaria competente, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor responsável pelo recebimento e fiscalização da execução do contrato, em horário e local definido pelo solicitante.
- b)** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- c)** Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte e instalação, carga e descarga, assistência técnica e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE.
- d)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
- e)** Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;
- f)** Responsabiliza-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;
- g)** Responsabilizarem-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- h)** Atender prontamente as orientações e exigências do fiscal de contrato, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado;
- i)** Emitir faturas no valor pactuado em contrato, apresentando-a à Contratante para ateste e pagamento;
- j)** Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.
- k)** Enviar as Notas Fiscais acompanhadas dos relatórios técnicos mensais com detalhamento dos serviços executados.
- l)** Apresentar documentos ambientais e autorizações de funcionamento pelos órgãos competentes.



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028**

RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

- a)** Fornecer e colocar a disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- b)** Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;
- c)** Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA. Notificando a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d)** Cumprir e fazer cumprir os termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;
- e)** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais, já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização;
- f)** Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da CONTRATADA;
- g)** Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.
- h)** Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação deste Termo e da proposta apresentada;
- i)** Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

A programação dos serviços estará condicionado as solicitações encaminhadas das referidas Secretarias Municipais.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12(meses) a contar de sua assinatura. O(s) contrato(s) decorrente(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços terá(ão) vigência de até **12(doze) meses**, podendo a formalização se dar na forma do § 4º do art. 62, do mesmo diploma.

REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução dos serviços será na modalidade de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**(artigo 6º, inciso VIII, alínea "b" c.c. artigo 10, inciso II, alínea "b", ambos da Lei nº 8.666/93).

DA GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

Após o recebimento definitivo do objeto da licitação, por parte da Prefeitura, a detentora da ata ficará, ainda, responsável até o término da garantia prevista no orçamento, por quaisquer danos que venham a surgir, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do estabelecido no termo de referência e edital.

Se a detentora da ata não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela Prefeitura, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco da adjudicatária, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por item, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

Na licitação para registro de preço a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

CONDIÇÕES GERAIS

Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria do Contratos e das disposições de direito privado na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei 8.666/93.

ATHOS CELIO OLIVEIRA SOUZA
Pregoeiro



ANEXO I.a TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviço de limpeza de fossa séptica e caixas de gordura para atender todas as secretarias da prefeitura municipal e funda.

QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTD ESTIMADA	R\$ ESTIMADO
01	Limpeza de Fossa Séptica e Caixa de Gordura das Unidades Administrativas Municipais	150	R\$ 210,00
02	Limpeza de Fossa Séptica e Caixa de Gordura das Unidades da Secretaria de Agricultura	15	R\$ 210,00
03	Limpeza de Fossa Séptica e Caixa de Gordura das Unidades Educacionais de Ensino da Rede Municipal	400	R\$ 210,00
04	Limpeza de Fossa Séptica e Caixa de Gordura das Unidades de Saúde da Rede Municipal	250	R\$ 210,00
05	Limpeza de Fossa Séptica e Caixa de Gordura das Unidades de Assistência Social/CRAS da Rede Municipal	135	R\$ 210,00

PRAZO PARA INICIO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços registrados serão contratados e executados de imediato, independente de quantidade do serviço a ser executado, sendo que tal situação emergencial se faz necessário para o melhor desempenho, e seguirá o cronograma de execução que será formulado pela unidade requisitante.

CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DO VEICULO

A capacidade mínima do veículo a ser utilizado será de 5.000 litros a 10.000 litros de capacidade para a devida coleta.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Quando da terceirização do serviço de limpeza de fossa, a empresa que venha ser a vencedora no processo licitatório, necessitam obter junto a secretaria municipal de meio ambiente o licenciamento ambiental para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos, tal título só será concedido após análise técnica e jurídica, juntamente com uma vistoria e laudo técnico de vistoria que indicará se o empreendimento está de acordo com as normas técnicas e ambientais para operar a atividade requerida.

Quando da liberação do licenciamento o órgão competente apontará as condicionantes para o empreendimento como plano de resíduos sólidos, correspondente as normas técnicas da ABNT e política nacional e municipal de resíduos sólidos.

Estão sujeitas ao licenciamento ambiental todas as empresas que exercerem as atividades de coleta e transporte de resíduos de origem sanitária como os caminhões limpeza de fossas.

O licenciamento ambiental é regido, de forma geral, pelas resoluções do CONAMA no 01/86 e no 237/97. A Resolução CONAMA no 01/86 define critérios e diretrizes para a avaliação de impacto ambiental. Em seu artigo 2º, estabelece a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para, dentre outras, obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, bem como aterros sanitários, processamento e destino final de



resíduos tóxicos ou perigosos, enquanto a Resolução CONAMA no 237/97 dispõe sobre procedimentos, critérios e competências para a realização do licenciamento ambiental nos três níveis de governo, com base na abrangência dos impactos. No Anexo I dessa resolução, são listadas atividades passíveis do licenciamento ambiental, tais como:

- Obras Civis: ...barragens e diques, canais para drenagem, retificação de cursos de água, transposição de bacias hidrográficas,
- Serviços de Utilidade: estações de tratamento de água, interceptores, emissários, estação elevatória e de tratamento de esgotos, tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e gasosos), tratamento/disposição de resíduos especiais, tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas, recuperação de áreas contaminadas ou degradada.

A Lei Complementar nº140 de 08 de dezembro de 2011 fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do **caput** e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

A Lei nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais - caracteriza como crime ambiental a construção, reforma, ampliação, instalação ou operação de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores sem licença ou autorização dos órgãos ambientais ou, ainda, contrariando as normas legais e regulamentares, ficando os infratores sujeitos às sanções penais e administrativas. Também caberá ao infrator poluidor indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros. Ressalta-se que a autoridade competente que deixar de tomar as medidas para impedir tais práticas também incorre em crime ambiental.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos
- Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos
- [LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007](#), **que** estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
- A Lei Complementar nº140 de 08 de dezembro de 2011 fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do **caput** e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal
- A Lei nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais
- Lei Municipal 366/2011 que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, esta lei institui os princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente, respeitando as competências da União e do Estado e atendidas as peculiaridades locais, cujo o objetivo é proteger, defender e manter o meio ambiente natural, cultural, artificial e do trabalho ecologicamente equilibrado, em harmonia com o desenvolvimento humano, social e econômico, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida.
- Lei Municipal nº 401, de 18 de janeiro de 2014, que dispõe respectivamente sobre a Política Nacional e Municipal de Resíduos Sólidos
- Resolução nº 358 – Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)
- Resolução 237/97 - Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)
- NBR 10004/2004 – Classificação de Resíduos Sólidos
- NBR 12980/1993 – Coleta Varrição e Acondicionamento de Resíduos Sólidos Urbanos
- NBR 13463/1995 – Coleta de Resíduos Sólidos
- NBR 14.652/2001 – Coletor – transportador rodoviário de RSS
- Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve P7) – do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)

Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010 Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

A Resolução 120 de 15 de outubro de 2015 Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, que dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local, de competência dos Municípios, e dá outras



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

providências, em seu anexo único enquadra as duas atividades de coleta de lixo de doméstico e de limpa fossa como poluidor degradador de passíveis de licenciamento ambiental municipal.

CONDIÇÕES GERAIS

Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria do Contratos e das disposições de direito privado na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei 8.666/93.

Este Termo de Referência é parte integrante do Anexo I do Pregão Presencial (SRP) n° 9/2017-028.

Bom Jesus do Tocantins – PA, 11 de Maio de 2017.

ATHOS CELIO OLIVEIRA SOUZA
Pregoeiro



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028**

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DO LICITANTE

Denominação:

Endereço:

CEP: Fone: Fax:

e-mail:

CNPJ:

Conta Corrente, Banco e Agência na qual a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins deverá efetuar os pagamentos via crédito Conta Corrente

Observação: A apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXAS DE GORDURA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS.

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante: _____



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Identificação da Licitação

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (COMPLETAR) do Edital (COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direto ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO) quanto a participar ou não da referida licitação;

que o conteúdo da proposta anexa não será, por todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido por qualquer outro participante potencial ou de fato (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com o recibo de qualquer integrante de (ÓRGÃO LICITANTE) antes da abertura oficial das propostas; e

que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em _____ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)



ANEXO IV MODELO DE CREDENCIAMENTO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

Ao Pregoeiro,

Designamos o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo(a) _____ e CPF/MF sob o nº _____ para _____ representar a empresa _____ no processo licitatório, referente ao Pregão Presencial (SRP) nº 9/2017-028, podendo o(a) mesmo(a) formular lances verbais à Proposta Escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e ainda, rubricar dos os documentos, declinar do direito de recurso administrativo, apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Local e data,

Representante Legal

COM RECONHECIMENTO DE FIRMA



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

Declaramos para os devidos fins de direito que a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, vem declarar que é Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a finalidade de atender as prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Local e data
Representante Legal

***Obs.** A falsidade da declaração prestada nos moldes do item acima, objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123 / 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa consistente na aplicação de multa, no importe de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta apresentada, bem como na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos.
Anexar a essa declaração documento que comprove a situação de ME ou EPP.*



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
Nº 9/2017-028**

**ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO
AOS
REQUISITOS DO EDITAL (HABILITAÇÃO)**

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 9/2017-028

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito que a Empresa
_____, estabelecida na
_____, inscrita no CNPJ/MF sob
o nº _____, tem pleno conhecimento e que cumpre todos os requisitos deste
Edital e seus Anexos.

Local e data

Representante Legal



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
DA HABILITAÇÃO**

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede rua/av. _____, n° _____, bairro- _____, conforme com o disposto no art. 32, § 2º, da Lei n° 8.666/93, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos da sua habilitação para o presente processo licitatório, estando ciente, ainda, da obrigatoriedade de declarar as ocorrências.

Local _____ e data _____

(Assinatura do representante legal da empresa)



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

ANEXO VIII D E C L A R A Ç Ã O Q U E N Ã O E M P R E G A M E N O R

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede rua/av. _____, n° _____, bairro- _____, DECLARA, não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, nos termos do artigo 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei n° 8.666/93.

Emprega menor na condição de aprendiz, a partir de 14 anos: sim () não ()

Local _____ e data _____

(Assinatura do representante legal da empresa)

RG:.....

CPF:.....



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

**ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI AS CONDIÇÕES OPERACIONAIS
NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DO OBJETO E QUE ESTÁ CIENTE DE
TODAS AS EXIGÊNCIAS AO MESMO**

DECLARAÇÃO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 9/2017-028

_____ (razão social da firma) _____
(CNPJ) nº _____, sediada _____ (endereço completo), DECLARA, que
possui as condições necessárias ao cumprimento do objeto Edital referente ao Pregão Presencial nº
9/2017-028, estando ciente de todas as exigências relativas ao mesmo.
_____, _____, _____ de 2017.

(Assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO X
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL N° 9/2017-028

Ao ____ dias do mês de _____ de 2017, o Município de Bom Jesus do Tocantins, pessoa jurídica de direito público, CNPJ: 22.938.757/0001-63, com sede da Prefeitura localizado na Av. Jarbas Passarinho, S/N°, Centro, na cidade de Bom Jesus do Tocantins – PA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 (Institui a modalidade Pregão), Regulamentada pelo Decreto nº 3.555/00 (Regulamenta a modalidade Pregão), Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso a Informação), Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), Decreto Federal nº 7.892/13 (Regulamenta a SRP) com as modificações pelo Decreto Federal nº 8.250/14 extensivamente às disposições da Lei Complementar Federal nº 123/06 com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, ao processo licitatório em epígrafe, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações posteriores e do disposto no respectivo Edital, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO DA CUNHA ROCHA, a seguir denominado Município/Gerenciador, resolve registrar o preço da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente FORNECEDOR/DETENTORA, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR(ES):

_____, com sede na _____, nº ____ – Bairro _____, em _____/SP, CEP _____, inscrita no CNPJ nº _____, nesta ato representada por seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRESSUPOSTOS JURIDICOS ADMINISTRATIVOS

A presente ata decorre de procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 9/2017-005 no Registro de Preço, regido pelo disposto na Lei Federal 10.520/2002 (Institui a modalidade Pregão), Regulamentada pelo Decreto nº 3.555/00 (Regulamenta a modalidade Pregão), Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso a Informação), Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), Decreto Federal nº 7.892/13 (Regulamenta a SRP) com as modificações pelo Decreto Federal nº 8.250/14 extensivamente às disposições da Lei Complementar Federal nº 123/06 com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, ao processo licitatório em epígrafe, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXAS DE GORDURA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

A presente ata tem registrado os preços dos itens abaixo:

CLÁUSULA QUARTA – CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame, quando necessário;
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora, com relação ao objeto deste certame;
Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;
Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;



Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos para a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins;
Fiscalizar o cumprimento das obrigações da licitante vencedora, inclusive quanto à não interrupção dos serviços a serem prestados;
Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação da velocidade contratada através de gráficos e laudos técnicos;
Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Executar o serviço somente mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e, de acordo com os critérios adotados.

Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

Apresentar e disponibilizar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, soluções que garantam a confiabilidade e qualidade dos serviços, atualizando seus equipamentos sempre que surgirem outros de tecnologia mais avançada;

Responder por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços e/ou reparos, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por esta Prefeitura;

Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços ou reparos;

Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;

Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

Prestar informações e esclarecimentos porventura solicitados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins em 24 (vinte e quatro horas) horas, por meio de um consultor designado para acompanhar o contrato;

Apresentar, sempre que solicitado, o detalhamento dos serviços prestados;

Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

Prestar os serviços de forma metódica e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.

Comunicar a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

Manter, durante toda a execução do Contrato a ser celebrado, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

Iniciar a prestação dos serviços em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato;

Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço a ser contratado, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins;

Manter um preposto para representar a licitante vencedora, aceito pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, durante o período de vigência do contrato;

Atender prontamente às solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços contratados;

Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do respectivo Contrato;

Acatar as orientações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

Prestar informações a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação;
Manter as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA - CANCELAMENTO DA ATA

O fornecedor terá seu registro cancelado quando: descumprir as condições desta Ata; não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese descrita no parágrafo primeiro da cláusula anterior; e, tiver presentes razões de interesse público.

O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador, sendo assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA SETIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os créditos orçamentários estarão acrescentados nos contratos.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA

A presente Ata entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por 12 meses.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas.

Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

A detentora não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.

A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;

Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata.

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora do menor preço não aceitar sua redução;

Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

Sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

OBSERVAÇÃO: a comunicação de rescisão do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Diário Oficial, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias corridos após a publicação.

Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.

A solicitação da detentora para rescisão do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em cláusula editalícia, caso não aceitas as razões do pedido.

A rescisão ou suspensão do fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8.666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s).



CLAUSULA DECIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTES

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Superintendência de Compras e Licitações para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Após a autorização do Município de Bom Jesus do Tocantins, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO OBJETO DA ATA E EMISSÃO DA RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO

O objeto da Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário Municipal a qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

A emissão da Nota de Empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a elaboração de contratos, quando couber, serão, igualmente, autorizados pelo Secretário Municipal à qual pertencer à unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

ENTREGA: O local de entrega será na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins – av. Jarbas Passarinho – s/n - Centro.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; (art. 7º da Lei 10.520/2002);

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste item é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



Prefeitura de
Bom Jesus
do Tocantins - PA
DE MÃOS DADAS PARA O FUTURO
CNPJ N° 22.938.757/0001-63



**COMISSÃO
PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP)
N° 9/2017-028

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida resultante da execução da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, será competente o foro da cidade de Marabá - PA, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem, assim, justos e acordados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Tocantins – PA, _____ de _____ de 2017.